

VISÃO DO CORREIO

Reparação necessária às vítimas da ditadura

10 de dezembro, data de comemoração dos 76 anos da Declaração Universal do Direitos Humanos, ou Dia Internacional dos Direitos Humanos, ganhou mais um significado no Brasil. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) anunciou a regulamentação do “dever de reconhecer e retificar o assento de óbito de todos os 434 mortos e desaparecidos pela ditadura militar, reconhecidos pela Comissão Nacional da Verdade (CNV)”, como propôs o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDJC).

Famíliares de mortos e desaparecidos, vítimas de 21 anos de truculência e obscurantismo (1964-1985) poderão, agora, exigir que, no espaço destinado à causa mortis na Certidão de Óbito, conste a informação “morte não natural, violenta, causada pelo Estado a desaparecido no contexto da perseguição sistemática à população identificada como dissidente política no regime ditatorial instaurado em 1964”. Para o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), a decisão “é um acerto de contas legítimo com o passado”.

Há consenso de que as cicatrizes decorrentes do golpe de 1964 são indelévels. Para o corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell Marques, a medida é um importante resgate da verdade sobre o que se passou neste país. No entendimento da ministra dos Direitos Humanos e Cidadania, Macaé Evaristo, a decisão do CNJ reaviva a importância da Comissão da Verdade, criada há 13 anos, para investigar as violações de direitos humanos ocorridas no período ditatorial, com a chancela unânime do CNJ, órgão vinculado ao Ministério da Justiça.

Os sofrimentos vivenciados pelas famílias que perderam filhos, filhas, maridos, pais para a infame

brutalidade de um regime torpe, voltado a suprimir liberdades, ações, escolhas individuais e a sufocar a pluralidade étnica-racial, são tristes lembranças ainda vivas na memória coletiva. O pensar diferente do regime imposto à nação era crime, punido com tortura e morte.

Essa realidade do passado, por alguns esquecida e, por outros não vivida no século 20, ressurgiu para um bom debate por meio do filme *Ainda estou aqui*, dirigido pelo cineasta Walter Salles, que conta a saga da família do então engenheiro e ex-deputado federal Rubens Paiva, após a sua prisão e morte por agentes da ditadura entre 1970 e 1971. A viúva Eunice Paiva tornou-se mãe-solo de cinco filhos, mas não desistiu da luta. Ela conseguiu a certidão de óbito do marido 25 anos depois de ele ser declarado morto, apesar de seu corpo nunca ter sido encontrado.

O filme tem atraído o interesse de milhares pessoas no Brasil e figura entre os indicados ao Oscar, o maior prêmio do cinema mundial. A presença de jovens, lotando as salas de cinemas para assistir à obra, tem chamado a atenção. Provavelmente, eles poderão entender a forte reação de uma larga faixa da sociedade e das instituições de Estado contra a recente frustrada tentativa de rompimento com o Estado Democrático de Direito. Se a tentativa de golpe fosse vitoriosa, voltaríamos ao século passado, com perdas de conquistas sociais, econômicas.

Em vez de mais direitos, haveria um retrocesso ao regime de opressão, tortura e morte, que não pode ficar no limbo da história. O Brasil do século 21 não merece nem pode voltar ao passado. É fundamental que cresça, elimine as desigualdades socioeconômicas, evolua e faça a diferença no concerto das nações, por meio de elevados valores civilizatórios, entre os quais prevaleçam a paz e a justiça.



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Natal sem fome

Notícia boa veio de pesquisa do IBGE, divulgada na semana passada: em 2023, a pobreza no Brasil caiu ao menor nível desde 2012, quando teve início a série histórica do levantamento. Além disso, 3,1 milhões de pessoas saíram da miséria.

Resultados dos programas de transferência de renda e do crescimento do mercado de trabalho — em 2023, o total de pessoas ocupadas atingiu o maior contingente desde 2012: 100,7 milhões.

A pesquisa do IBGE também mostra que 42,7% de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos viviam em domicílios atendidos por programas sociais, o que significa que esses benefícios fazem parte da vida de duas em cada cinco crianças no país.

“Na hipótese de não existirem os programas sociais implementados pelo governo federal, a proporção de pessoas na extrema pobreza em 2023 teria subido de 4,4% para 11,2%. Já a proporção da população na pobreza teria subido de 27,4% para 32,4%”, destaca o instituto. E ainda há quem critique — certamente de barriga bem cheia — o fato de o governo prover benefícios aos mais vulneráveis.

Os números trazidos pelo IBGE, portanto, são alentadores. Mas não podemos perder de vista que persistem desafios sociais gigantescos no país.

Mesmo com a sensível redução, ainda há 59 milhões de pessoas na pobreza e 9,5 milhões na miséria.

Em meio a esse contingente, o acesso pleno à comida ainda é um sonho. Conforme o instituto, 64 milhões de brasileiros vivem com algum grau de insegurança alimentar — em 37% dos lares nessa situação, há crianças de 0 a 4 anos; em 36,6%, existem meninos e meninas na faixa de 5 a 17 anos.

Por causa desse flagelo, a ONG Ação da Cidadania lançou novamente a campanha Natal sem Fome. O objetivo é conseguir duas mil toneladas de alimentos para ajudar 200 mil famílias.

Todos nós podemos ajudar quem enfrenta o sofrimento de não ter comida no prato, ou ter menos do que precisa. A ONG arrecada recursos e compra as cestas básicas que são entregues a famílias em situação de vulnerabilidade. As doações podem ser feitas por boleto, PIX, cartão de crédito e paypal. As informações estão no site www.acaodacidadania.org.br/.

Quem preferir, pode colaborar com outras campanhas locais ou nacionais. O importante é fazer parte dessa corrente de solidariedade e levar comida para os que mais precisam, especialmente crianças. Como diz a campanha da Ação da Cidadania: “Acredite na magia da doação. Um Natal sem fome é um Natal feliz”.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

FCDF

Não há dúvida de que o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), em particular, pode comprometer gravemente a capital do país nos setores da saúde, educação e segurança. Como território que abriga os Poderes da República, embaixadas e vários outros organismos internacionais, o DF se torna território diferente das demais unidades da Federação. Porém, falta, principalmente, ao governo local transparência nas suas ações. Assintimos a obras e mais obras, sem que a sociedade saiba o custo e quais empresas são responsáveis por essas intervenções. No campo da saúde, as reclamações são recorrentes, no que se refere à falta de profissionais, vagas, cirurgias adiadas e tantos outros fatos que revelam falhas graves na administração, principalmente nas unidades hospitalares situadas nas periferias da capital. Na educação, vimos uma ação desconectada do regime democrático, com a militarização das unidades escolares, indicativa de visão arcaica e, absurdamente, conservadora e opressora. No campo da segurança, o noticiário exibe episódios dramáticos de violência contra os cidadãos. É inquestionável que as forças de segurança pública do DF tiveram papel relevante no 8 de janeiro de 2023. Cabe ao governo local explicar publicamente, com muita clareza, o que é feito com o dinheiro do FCDF.

» **Benjamim Costa**
Sudoeste

Direito de defesa

Existe, naturalmente, muita gente que tem uma argumentação honesta, inteligente e sensata ao falar do direito de defesa — uma garantia essencial para proteger o cidadão da injustiça e das violências da “autoridade pública”. Mas, é claro, o problema não está aí. Ele começa quando as garantias da lei passam a ser usadas como incentivo ao crime. O mandamento supremo das “garantias” determina que é indispensável fazer a “defesa absoluta da lei”. Quem realmente ameaça a lei, em primeiro lugar, é o crime, e não quem quer punir o criminoso. Quando a lei, na prática, existe para proteger o crime, pois foi escrita com esse objetivo, defender a lei passa a ser defender o criminoso. Infelizmente, poderes do Judiciário estão a defender o ilícito. Vem aí, e de nenhum outro lugar, a quantidade abusiva de recursos em favor do acusado, a litigância de má-fé e a elevação da chicanagem ao nível de “advocacia”. Mais ativos são os escritórios de advocacia milionários que se especializam na defesa de

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Governador, além de tratar a população com escárnio e desprezo, a aprovação de segurança a ex-governadores é a admissão do seu fracasso com a segurança pública no Distrito Federal

Abrahão F. do Nascimento — Águas Claras

Banco Central aumenta taxa de juros para 12,25% ao ano: Roberto Campos Neto quer deixar a marca dele antes de ir embora!

Gabriel Cláudio — Brasília

Brasília já não é mais a mesma de 10 anos atrás. Precisamos de um governo que realmente saiba cuidar da cuidar e zelar pela cidade em toda a sua dimensão e complexidade.

Keila Rosa — Brasília

Frequentadores do Parque Olhos d'Água cobram medidas de segurança: podem começar pela ronda dos vigilantes, descentralizando da entrada principal!

Jéssica Nunes — Brasília

Não sou botafoquense, mas o Botafoogo não é aquilo, não! Tanto tempo só voando e jogando e, nesse sacode, uma hora confunde e voa onde não pode.

Mauro Evangelista Duarte — Asa Norte

corruptos. Seus anjos preferidos são os tribunais superiores. O mais valioso deles é o Supremo Tribunal Federal (STF).

» **Renato Mendes Prestes**
Águas Claras

Emendas parlamentares

Será que alguns deputados e o presidente da Câmara, Arthur Lira, não se emendam? Até quando vai essa vingança de não votarem os projetos do Executivo que são benéficos para o Brasil? Esses deputados estão sempre querendo se apoiar das verbas públicas. Por essa razão, parabênizo o ministro Flávio Dino e os demais ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) por terem barrado as farras das emendas parlamentares, formando maioria e exigindo transparência dos deputados que vão receber essas emendas. Nesta semana, a Polícia Federal realizou várias buscas e apreensão nos estados da Bahia, de São Paulo, Tocantins e Goiás e fizeram apreensões de dinheiro público e bens comprados por meliantes que usaram o dinheiro das emendas parlamentares para benefício próprio. Será que querem continuar usando essas emendas parlamentares do jeito ilegal? Senhores parlamentares, tomem vergonha e não pressionem o Executivo se negando a votar os projetos que são de benfeitorias para a população brasileira.

» **Evanildo Sales Santos**
Gama

Boas novas

“Sistema Fecomércio-DF encerra 2024 com resultados recordes”, notícia alvissareira da coluna *Capital S/A*, Samanta Sallum, na edição do **Correio** de 10 de dezembro. Números fornecidos pelo presidente da entidade, José Aparecido Freire, revelam que o comércio cresceu 5,5% e os serviços, 4,5%. O setor de serviços gerou perto de 21 mil novas vagas, e o de trabalho e o comércio criou mais de 5 mil postos formais. Nessa linha, dados igualmente expressivos com relação ao Natal foram divulgados pela Confederação Nacional do Comércio, de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Pelas projeções da entidade, a expectativa é de que o Natal movimente R\$ 69,75 bi em vendas. Em relação às vagas temporárias, o estudo da CNC projeta a contratação de 98,1 mil trabalhadores.

» **Vicente Limongi Netto**
Lago Norte

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Valda César
Superintendente de Negócios e Marketing

VENDA AVULSA		
Localidade	SEG/SÁB	DOM

DF/GO	R\$ 4,00	R\$ 6,00
-------	----------	----------

Assine
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8945 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

ASSINATURAS *
SEG a DOM
R\$ 899,88
360 EDIÇÕES
(promocional)

S.A. CORREIO BRAZILIENSE - Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e DA Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

DA Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF; de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br